

O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UTFPR

SOCIAL SERVICE AT UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
(UTFPR) STUDENT AID

Paula Hatie Silva Mukai

Estagiária em Serviço Social do NUAPE (Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e de Assistência Estudantil – Câmpus Curitiba, UTFPR;
mukai.paula@hotmail.com

Patrícia Pissolato Rodrigues Leite

Assistente Social do NUAPE – UTFPR;
patricialeite@utfpr.edu.br

Rosangela Wojdela Cavalcanti

Assistente Social e Coordenadora do NUAPE –CT. Mestre em Planejamento e Governança Pública;
rocavalcanti@utfpr.edu.br

RESUMO

Nosso país é marcado pelas contradições sociais, sobretudo na política de educação. É neste espaço Sociocupacional que se dá o presente artigo. Discorre, o presente artigo sobre a Assistência Estudantil, voltada para o acesso e a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade na universidade e as atribuições do Serviço Social no processo de Auxílio Estudantil do câmpus Curitiba da UTFPR.

Palavras chaves: Serviço Social; Educação; Assistência Estudantil.

ABSTRACT

Brazil is a country of social contradictions, especially when it comes to education policies. The following paper focus on such Social Occupational environment. It discusses Student Aid, focused on the admittance and permanence of economic underprivileged students in the university and the attributions of the Social Service in the Student Aid process of the UTFPR Curitiba campus.

Keywords: Social Service; Education; Student Aid.

INTRODUÇÃO

Analisando a atuação do Serviço Social na Política de Educação do Brasil, o presente artigo objetiva descrever a atuação do Serviço Social na Assistência Estudantil do Câmpus Curitiba – UTFPR.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que busca conhecer o processo histórico do Serviço Social na Educação. Como técnica de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Para a realização da mesma, foram pesquisados documentos do Serviço Social e da Política de Educação: legislações, decretos, portarias e relatórios, além de outras produções referenciadas no final do artigo. Como a construção da pesquisa é um processo dialético, foram consultados outros documentos e bibliografias que não foram citados na pesquisa.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: uma se contextualiza o processo histórico do Serviço Social na Educação do Brasil; uma segunda, que busca apresentar brevemente o Serviço Social na Assistência Estudantil; uma terceira seção que relata o Auxílio Estudantil na UTFPR e as considerações finais.

O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

A partir do século vinte, a sociedade contemporânea passou por diversas mudanças em sua trajetória. A produção industrial massiva, a ascensão do mundo globalizado e suas manifestações principalmente nas sociedades capitalistas desencadearam a necessidade de atenção e trabalho junto às demandas sociais.

Dentro desse contexto do capitalismo monopolista que já não mais conseguia calar e “remediar” as contradições sociais presentes, é que surgiram no Brasil no final da década de trinta as primeiras escolas de serviço social. E logo após ocorreu também inserção da profissão dentro da divisão sócio técnica do trabalho.

Porém, nesse momento a atuação profissional estava pautada na culpabilização dos indivíduos que não estavam engajados e produzindo bens de consumo. Nessa perspectiva, o serviço social e também as políticas sociais foram, por décadas, norteadas por teorias e práticas conservadoras de intervenção, voltadas ao trabalho de “ajustamento” dos indivíduos tidos como “desajustados”.

Ainda com a hegemonia dessa realidade no Brasil, é que a partir da metade do século vinte foi possível constatar o início de debates acerca dessas práticas e teorias conservadoras.

As bases de intensificação desse embate começaram a tomar força dentro do serviço social no final da década de setenta e início da década de oitenta, trazendo para o centro da discussão a teoria social crítica como uma nova perspectiva de analisar a dinâmica societária, envolvendo uma análise mais profunda da mecânica política, social e econômica.

Junto desse panorama, no final da década de oitenta e começo da década de noventa, tomou forma o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Então, o serviço social já pautado pela teoria social crítica abre, efetivamente, espaço para consolidação de um projeto ético político profissional. Esse norteado pelo Código de Ética dos Assistente Social de 1993, nas Diretrizes Curriculares de 1996 e na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993. Tattiana Silva em seu artigo “Apontamentos sobre Serviço Social na Educação: um Olhar a partir dos Documentos Legais Existentes elucidada que

Com o início do debate acerca do papel do assistente na década de 1980, essa concepção, associada ao ajuste dos desajustados e ao mero assistencialismo, é questionada e, na ordem do dia, outras ações e responsabilidades são destinadas ao profissional do serviço social. Entra em cena a garantia do acesso aos direitos como ação assegurada pela legislação, aprovada em 1993, que define o perfil campos de atuação do assistente social. (SILVA,2014)

Com a abertura para uma nova leitura da dinâmica da produção e reprodução da vida social e do compromisso ético e político dentro da categoria, abriu-se espaço para uma nova leitura da atuação do assistente social também dentro dos espaços sócio ocupacionais.

Apesar de juntamente a esse contexto ter também tomado espaço a lógica neoliberal, ainda assim, a intensificação das lutas sociais pela garantia de direitos sociais e por uma sociedade mais justa levou as instituições a requisitarem o trabalho de profissionais capacitados e voltados ao trabalho junto das dos direitos e políticas sociais.

Dentro dessa realidade de intensas lutas e embates pela garantia de direitos sociais, que a política educação no Brasil, nas últimas décadas, ampliou programas, auxílios e benefícios no que concerne ao ensino superior.

Conforme nos elucidada a cartilha “Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” essas expansões ao mesmo tempo que expressam conquistas sociais também expõem a intencionalidade de manutenção da “ordem social”.

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. (CFESS, 2013)

Com a então perspectiva de ampliação, foram formados e ampliados setores e núcleos nas universidades públicas com equipes de profissionais para aprimorar e ampliar a operacionalização das ações voltadas ao auxílio estudantil. Nesse grupo de profissionais está inserido o assistente social.

A constatação de uma maior inserção desse profissional neste campo de trabalho levou os assistentes sociais a intensificarem o debate acerca da sua atuação dentro da política de educação. Conforme Ney Luiz Teixeira de Almeida, no prefácio da obra Serviço Social na Educação,

As discussões sobre a inserção do assistente social na educação ganharam enorme destaque em 2012 em razão de uma agenda organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social em torno do tema. Ainda que não se trate de uma preocupação nova no âmbito do Serviço Social, seja do ponto de vista acadêmico, político ou mesmo organizativo, adquiriu grande expressão a partir do envolvimento de diferentes grupos profissionais, inclusive das assistentes sociais que se mobilizaram pela ampliação de determinados espaços ocupacionais e dos centros de pesquisa de extensão universitária. (ALMEIDA in SILVA, 2014)

Nesse mesmo período, o CFESS publicou uma cartilha chamada Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação na qual traz à tona as discussões e conclusões a partir do Grupos de Trabalho Serviço Social na Educação.

A partir dessa cartilha é possível refletir e constatar a importância da inserção de assistentes sociais nessa política, tendo como guia central o projeto ético político da profissão, de forma a intensificar a luta pela educação como direito social e como prática emancipatória, alertando para as demandas muitas vezes mascaradas de seu significado real e para as atividades tarefas dentro dessas instituições.

Nessa perspectiva, também se abriu espaço para a reflexão do campo da educação como área de formação de sujeitos e efetivação de direitos. Nesse campo interesses e perspectivas contraditórias se confrontam.

Não alheia a toda essa dinâmica, a atuação do serviço social está inserida na atuação e relacionamento com a comunidade escolar composta, muitas vezes, por estudantes, e seus familiares, professores, servidores e comunidade externa.

Por isso, não é possível reduzir o trabalho do assistente social dentro da política de educação apenas a ações voltadas ao auxílio estudantil. Visto que esse campo, apesar de sua importância, constitui-se apenas uma das dimensões da atuação profissional.

O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Serviço Social, na assistência estudantil, possui atribuições que devem estar pautadas na lei que regulamenta a profissão e nos pressupostos do Código de Ética Profissional do Serviço Social. Dentre as inúmeras atividades realizadas pelo assistente social, estão o planejamento, a execução e a avaliação dos Programas de Assistência Estudantil; a assessoria aos movimentos estudantis; a formação de educadores e demais atores da comunidade acadêmica; além da participação na elaboração e execução do Plano Pedagógico Institucional.

IAMAMOTO ao ser citada por FERREIRA (2004) chama a atenção para as “novas possibilidades de trabalho se apresentarem e necessitarem ser decifradas e desenvolvidas na contemporaneidade por assistentes sociais, sob pena de absorção desses espaços por outros profissionais”.

O documento produzido pelo Conselho Federal do Serviço Social- CFESS, denominado Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2014), trouxe a discussão de que a pobreza e a desigualdade social, tão presentes em nosso país, não são alheios ao processo educacional. Assim, verifica-se a importância de uma Política de Assistência Estudantil efetiva, que promova a permanência e a conclusão dos cursos pelos alunos, garantindo, não apenas o direito a educação gratuita, mas a participação na distribuição do conhecimento socialmente produzido. ALVES (2003) reforça a necessidade de uma Política de Assistência Estudantil com efetividade: “Uma vez que a sua capacidade intelectual e de formação básica já foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à universidade, deixar de apoiar esses alunos de baixa renda seria uma perda irreparável.

Diante da demanda crescente pela Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino, muitos assistentes sociais deparam-se com um número de usuários demandatários da Assistência Estudantil superior ao número de benefícios e auxílios disponíveis, o que reflete a realidade de acesso às demais políticas públicas em nosso país. Diante desta situação, muitas vezes, os processos de análise socioeconômicas acabam por transformar-se em processos burocráticos onde se exige um extenso rol de documentos como forma de seleção, reproduzindo a exclusão social.

O AUXÍLIO ESTUDANTIL NA UTFPR

O objetivo do Plano Nacional de Assistência Estudantil é possibilitar a igualdade de oportunidades e a melhoria do desempenho acadêmico para todos os estudantes, combatendo a evasão e a repetência. Oferecendo várias modalidades de assistência de acordo com a instituição de ensino, avaliando e monitorando o programa, como o perfil sócio econômico dos estudantes e os critérios para inseri-los. (PNAES, 2007).

De acordo, com o Ministério da Educação, os recursos destinados às Universidades Federais, são direcionados juntamente com outros programas para o auxílio estudantil. Para acessar ao Programa, o estudante deve estar inscrito regularmente na instituição,

possuir uma renda per capita inferior a um salário mínimo e meio para participar da seleção para uma bolsa no auxílio estudantil. Estes processos exigem uma relação de documentos e declarações, com data para entrega, para comprovar a vulnerabilidade do estudante na instituição que está inserido.

A UTFPR adotou o Sistema de Seleção Unificada – SISU para o ingresso na instituição. Em consequência, os estudantes são de múltiplas regiões, desde o estado do Amazonas, até do Rio Grande do Sul, e muitos são de São Paulo, são estudantes que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio, cada um com sua cultura, seu modo de ser e seu objetivo, cada um com sua história, muitas vezes deixando a família para realizar um sonho, do estudante ou dos pais. Na maioria das situações, sendo a primeira vez a morar fora de casa, sem conhecer a realidade econômica do lugar que vai morar e a instituição na qual passará seus próximos anos.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, iniciou o acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade social por meio do Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e de Assistência Estudantil - NUAPE em 2008, constituído por uma equipe de profissionais da área da pedagogia, psicologia, administrativa e serviço social.

A primeira ação realizada pelo núcleo foi a implantação do Programa de Auxílio Estudantil, com bolsas no valor de R\$ 200,00 para um auxílio básico. O objetivo do programa era reduzir a desigualdade de oportunidade por razões financeiras. Destaca-se que o Programa não se limitava apenas ao recurso financeiro, mas este estudante era acompanhado pela equipe multidisciplinar como intuito de reduzir a evasão acadêmica.

Atualmente, as bolsas se dividem em Auxílio Básico no valor de R\$ 200,00, Auxílio Moradia de R\$ 300,00, Instalação R\$ 400,00 e Auxílio Alimentação no Restaurante Universitário.

A seleção para o acesso do estudante ao auxílio é realizada por meio de uma análise socioeconômica realizada pelo Serviço Social do Núcleo. Os critérios para a classificação são publicizados em edital próprio no período do certame. O processo ocorre de maneira burocrática, elegendo um rol de documentações pessoais como:

identificação, comprovantes de renda, situação de moradia, etc., o que muitas vezes impossibilita ao estudante acessar o programa. Para a análise social, é utilizado um índice de vulnerabilidade, no qual são elencadas as diferentes situações sociais vivenciadas pelo estudante e sua família como: Renda per capita, deslocamento para a instituição, situação de moradia, situação de doenças, ingresso por cotas na instituição, etc. Este modelo, possibilitou que o Serviço Social avaliasse a situação de vulnerabilidade em que se encontra o estudante e não apenas através da renda per capita, objetivando assim uma maior democratização do programa.

No que se refere, às atribuições do assistente social durante o período do certame, o profissional é responsável pela elaboração dos instrumentais para a análise socioeconômica, a análise propriamente dita, elaboração de relatórios sociais quando necessários para compor a análise, participar de reuniões/videoconferências com demais profissionais que atuam na Assistência Estudantil para planejamento e execução do programa, manter o arquivo dos processos recebidos, realizar entrevistas sociais e visitas domiciliares quando necessárias, além do acompanhamento social e acadêmico do estudante.

No primeiro semestre de 2017, foram quase 1400 estudantes inscritos somente no Campus Curitiba, para o auxílio estudantil. Destes 944 deferidos, 380 contemplados. No segundo semestre de 2017, inscreveram-se 420 estudantes, sendo 225 contemplados. Sendo uma tarefa extenuante, por não ser apenas uma conferência documental, mas tratar de cada estudante uma vivência, e uma necessidade, atendendo o edital, seguindo as normas da instituição, e ao mesmo tempo, garantindo os direitos para esses estudantes permaneçam na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento de contradições em que vivemos em nosso país, as incertezas de direitos já garantidos estão sendo cada vez mais comuns. Para que os estudantes em situação de vulnerabilidade sejam atendidos em sua totalidade faz-se necessário que os

recursos destinados à Assistência Estudantil sejam ampliados, bem como a Assistência Estudantil seja legitimada como Política Pública.

Enfim, constata-se que são muitos os desafios que o assistente social que atua na Assistência Estudantil enfrenta todos os dias, na defesa e na ampliação do acesso à Educação, mas que, através da sua competência profissional, do seu conhecimento, da sua formação crítica e no compromisso com a população usuária, é possível sim ampliar e efetivar o acesso a esse direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Educação pública e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 63, São Paulo: Cortez, julho de 2000 a. p. 62-75.

ALVES, Jolinda de Moraes. **Assistência Estudantil no Âmbito da Política de Educação Superior Pública**. 2003. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_jo.htm> Acesso em: 10/10/2017.

BRASIL, **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2007. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 10/10/2017.

BRASIL, **Decreto nº 7.234/2010 de 19 de julho de 2010**: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 10/10/2017.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 10 outubro 2017, p. 19.

FERREIRA, Vera Suely Moraes. **Repensando a prática do assistente social no âmbito educacional**. 2004 - CBASSS - 10-641. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/eventos/br-cbass-con-10-po-12.htm>>. Acesso em 10/10/2017.

SILVA, Marcela Mary José (org.). **Serviço Social na educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.